



## O AMBIENTE E O TURISTA: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA<sup>1</sup>

Telma Domingues da Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Nesse texto, situamos a questão ecológica de uma perspectiva discursiva, explicitando isso através da análise de um enunciado - “Santuários ecológicos: quantos são, onde ficam e como passar férias nos paraísos naturais brasileiros” -, capa da Revista *Veja* de 7 de dezembro de 1994. Através da análise de materiais referentes ao ecoturismo (textos de instituições de governo e de ONGs), procuramos mostrar de que modo a visão simultânea da pobreza social e da riqueza natural do Brasil funcionam, em diversos temas ambientais, no sentido de produzir uma interpretação “imediate” ou “natural” para a articulação ambiente/sociedade, silenciando as diferentes interpretações, que remetem à diferentes relações entre exploração e preservação da natureza. Como dissemos, essa visão simultânea se apresenta em diversos temas ambientais, evidenciando-se, porém, no tema do ecoturismo. Ou seja, o tema do ecoturismo constitui-se num lugar privilegiado de análise para a compreensão de algo que é próprio do discurso ambiental como ele se mostra atualmente na sociedade.

**Palavras-chave:** Ecoturismo. Discurso ambiental. Ecologia. Discurso ecológico.

Primeiramente, iremos, nesse texto, situar a questão ecológica de uma perspectiva discursiva, explicitando isso através da análise de um enunciado - “Santuários ecológicos: quantos são, onde ficam e como passar férias nos paraísos naturais brasileiros” -, capa da Revista *Veja* de 7 de dezembro de 1994. A inclusão desse enunciado, no presente trabalho, se justifica pela consideração da representatividade da revista em termos de circulação no país, mas, também, da representatividade do enunciado como modo de inscrição da questão ambiental na sociedade.

Na segunda parte do texto, através da análise de materiais referentes ao ecoturismo (textos de instituições de governo e de ONGs), procuramos mostrar de que modo a visão simultânea da *pobreza social* e da *riqueza natural* do Brasil funcionam, em diversos temas ambientais, no sentido de produzir uma interpretação “imediate” ou “natural” para a articulação ambiente/sociedade, silenciando as diferentes interpretações, que remetem à diferentes relações entre *exploração* e *preservação* da natureza. Como dissemos, essa visão simultânea se apresenta em diversos temas ambientais, evidenciando-se, porém, no tema do ecoturismo. Ou seja, o tema do ecoturismo constitui-se num lugar privilegiado de análise para a compreensão de algo que é próprio do discurso ambiental como ele se mostra atualmente na sociedade.

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente em SERRANO, C. M. T. e BRUHNS, H. T. (org.) *Viagens à natureza* - turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papyrus Ed. 1997. (Coleção Turismo).

<sup>2</sup> Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professora da Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS. Email: telmadds@gmail.com



Na perspectiva teórica da Análise de Discurso (AD), a unidade se constitui não através do sujeito, mas do discurso. Em termos de discurso, pensamos, então, no próprio gesto interpretativo do sujeito ao reconhecer esse e não aquele outro sentido para determinado nome, ao se identificar nessa e não naquela outra designação. A AD se posiciona a partir de uma crítica às evidências constitutivas do sujeito e do sentido. Para a AD, sujeito e sentido se produzem simultaneamente, nas relações entre os discursos, através das identificações produzidas por estes. Daí que, quando falamos em sujeito e em sentido, estamos falando, antes, em posição de sujeito e em efeito de sentido (Pêcheux, 1988).

E ainda: para a AD, o histórico se inscreve na materialidade da língua. Assim, no que diz respeito à designação ecologia, por exemplo, circunscrevendo, inicialmente, uma disciplina da Biologia, o seu sentido se desloca, a partir de determinado momento, passando a representar também um posicionamento político, ou vários. Podemos dizer, hoje, que falar da (do lugar da) ecologia - ao denunciar agressões ao meio ambiente, ao se mostrar consciente dos problemas ambientais globais e/ou se mostrar atuando de acordo com um postura ecológica etc. - é estar se colocando dentro do espaço de significação do político. Isto porque, da década de 60 para cá, um dizer sobre a natureza (a ecologia ou o meio ambiente) “se espalhou” de diferentes modos pela(s) sociedade(s), funcionando, porém, de um determinado modo: falar de ecologia identifica o sujeito (as instituições, as empresas...) como um sujeito político.

Ao nos referirmos, aqui, a um discurso ecológico, estaremos então nos remetendo à inscrição histórica da fala da ecologia hoje, enquanto discurso político, num sentido o mais amplo possível. De uma perspectiva discursiva, a linguagem é considerada em seu funcionamento na sociedade. E isto para dizer, com relação ao que estamos tratando neste texto, que não apenas o que se apresenta como sendo discurso político é que funciona como tal. Por exemplo quando a fala da ecologia tende para uma representação mística, religiosa, ou quando tende para uma utilização comercial, econômica. No interior daquela primeira posição enunciativa, ou seja, quando nos colocamos através de uma representação mística da questão ecológica, imaginamos estar fora do político, na medida em que a possibilidade de uma mudança do real sócio-histórico (Pêcheux, 1992) estaria em outro lugar (numa mudança espiritual do ser humano) que não na mudança das relações sociais, históricas, das relações de força presentes na sociedade.

Estariamos, nesse sentido, negando ao político o seu poder de intervenção no real, poder que não cessa de lhe imprimir uma direção. De uma posição exterior àquela segunda, ao nos colocarmos criticamente em relação a uma utilização comercial do discurso ecológico, poderíamos dizer que esta utilização se trata de um uso “indevido” e que não representa legitimamente o discurso ecológico. Esse gesto interpretativo, no sentido de não reconhecer a utilização comercial do discurso ecológico como legítima, é um gesto político de exclusão. O que procuramos mostrar aqui, em um e outro caso, é que há um sentido político na própria negação deste.

Podemos pensar, nessas duas posições, como “extremos”, na medida em que identificaríamos o sujeito ou por uma “inserção completa” na sociedade tal como ela se apresenta hoje, no caso da utilização comercial, ou pela possibilidade de uma mudança na sociedade “de fora” desta, no caso da representação mística.



É, nesse sentido, que tomamos o enunciado abaixo como exemplo:

“Santuários ecológicos: quantos são, onde ficam e como passar férias nos paraísos naturais brasileiros.”<sup>3</sup>

Primeiramente, consideremos aí, quanto à mídia de grande circulação no país - em que esta revista se inclui -, que o que nela se apresenta significa *ser de interesse público*. Na sua constituição, esse enunciado situa o leitor (o público brasileiro) como aquele que tem interesse em fazer turismo por lugares onde se pode encontrar uma “natureza preservada do homem ou da sociedade”, sentido que está na expressão *santuários ecológicos*. Através da construção desse referente turístico - um lugar identificado por uma natureza livre da intervenção humana -, circunscreve-se também no enunciado um determinado sentido de *ecoturismo* para o público brasileiro.

Desse modo, os lugares ecoturísticos do Brasil são designados neste enunciado por uma remissão a elementos próprios ao discurso religioso - *santuários ecológicos, paraísos naturais brasileiros* -, o que imprime uma determinada significação para esses lugares e para o desejo de um turismo brasileiro. Simultaneamente, o enunciado analisado produz uma identidade entre *leitor e consumidor*, uma identidade entre *leitura e prestação de serviço*. Observa-se que o enunciado aponta para o interior da revista, que viria preencher as expectativas delineadas por ele na capa, respondendo ao *quantos são, onde ficam e como* passar as férias. Esse “quantos, onde e como” representa, no que diz respeito ao contexto histórico, justamente, a administração, o gerenciamento desses lugares turísticos, significando assim uma “disponibilização” comercial, em que o leitor é interpelado enquanto consumidor. E, por essa remissão simultânea ao *religioso* e ao *comercial*, o enunciado de que tratamos é representativo da inscrição do ecoturismo na sociedade: na contradição entre a *preservação* da natureza das práticas econômicas existentes e a *exploração* da natureza pelas práticas econômicas existentes.

O ecoturismo se inclui no chamado paradigma do *desenvolvimento sustentável*. No conceito de desenvolvimento sustentável, tal como ele se encontra no documento *Nosso futuro comum* (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988), que transcrevemos abaixo, não fica determinado como deve ser a apropriação/desapropriação do meio ambiente:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988).

O que poderia, talvez, funcionar como uma abertura, ao que parece funciona, não para que essas práticas possam ser discutidas, mas justamente para que elas não o sejam. Através do mecanismo lingüístico da adjetivação, esse paradigma representa as práticas econômicas dentro de uma determinada legalidade ambiental: o próprio desenvolvimento *sustentável*, a exploração *racional*, a agricultura *sustentável*, o turismo

---

<sup>3</sup> Revista Veja de 7 de dezembro de 1994.



*ecológico* etc. Essa adjetivação isenta a discussão das práticas, na medida em que ela representa uma relativização dos sentidos dessas mesmas práticas, que já estariam então “dados” pelo próprio funcionamento da sociedade. Assim, a partir do conceito de desenvolvimento sustentável, as práticas econômicas podem ser apresentadas elas mesmas como produtos acabados, dentro dessa legalidade ambiental.

Com relação a esta questão, cabem aqui algumas considerações. A possibilidade de massificação pelo discurso capitalista está justamente na possibilidade de uma singularização do sujeito. Na sua homogeneização, o capitalismo agencia e determina o sujeito em geral como consumidor específico, singular, no momento em que significa o produto como produto único, personalizado. No que diz respeito ao ecoturismo enquanto produto, este se apresenta, pois, como uma opção diferenciada do turismo tradicional, distinguindo o sujeito.

Nos trechos abaixo, extraídos de uma publicação do SEBRAE de Salvador, o ecoturismo é colocado como uma *novidade no mercado* e como resultante de uma adequação entre a indústria turística e um *mercado consumidor já existente*:

Ocorre o ‘redescobrimto’ da natureza e o turismo se ocupa da comercialização do produto ecoturístico com rapidez, buscando integrá-lo às novas formas de exploração da natureza. (SEBRAE, 1995).

A década de 90 abriga, segundo pesquisa da Brain Reserve Inc. EUA, o novo perfil do turista, um cliente voltado para a natureza, aventura, coisas diferentes, destinos exóticos, preocupado com saúde pessoal, coletiva, ambiental e ecológica, revelando um retorno a estilos de vida mais voltados à natureza. (SEBRAE, 1995).

Com relação a essa inscrição do ecoturismo na sociedade enquanto um produto, não se trata, para nós, de poder efetuar uma avaliação dela mesma. Interessa-nos trazê-la enquanto possibilidade de reflexão sobre questões que se apresentam no ambientalismo, relacionando-a, por exemplo, com o conceito de *desenvolvimento sustentável*. Vejamos como ele se mostra nos trechos abaixo:

O ecoturismo também é definido como uma exploração econômica e não destrutiva da natureza, tendo como objetivo gerar recursos que conservem a natureza. (SEBRAE, 1995).

O ecoturismo para se manter deve ter atrativos conservados e, para isso, é necessário proteger a natureza. Essa proteção necessita de recursos, por isso o ecoturismo deve ‘criar’ ingressos para que se visite a natureza. (SEBRAE, 1995).

Nestes trechos, percebemos que o sentido de “sustentabilidade” possibilita que o turismo (enquanto uma prática econômica) apresente-se como tendo um fim em si mesmo: exploração “não destrutiva da natureza” para gerar recursos para “conservar a natureza” / “atrativos conservados” / “proteger a natureza”. Essa circularidade não é um exemplo casual, mas algo que se coloca pelo próprio conceito de desenvolvimento sustentável que, como sabemos, não é utilizado apenas para ressignificar o turismo, mas também outras práticas econômicas. E o que essa circularidade produz como efeito é o silenciamento de uma discussão que, justamente, talvez pudesse deslocar o sentido histórico dessa e das outras práticas econômicas da sociedade.



Em meio ao discurso ecológico, determinadas marcas lingüístico-discursivas remetem a uma interpretação sobre o que seria o modo legal de apropriação/desapropriação do meio ambiente, interpretação que distingue duas posições.

O tema da biotecnologia/biodiversidade, por exemplo, que se apresenta nas relações internacionais através do conflito Norte-Sul, é representativo deste confronto: de um lado as *riquezas naturais e a pobreza da população*, de outro lado *a riqueza econômica e o desenvolvimento...* Ao mesmo tempo em que o Brasil - bem como o Terceiro Mundo, de modo geral - é reconhecido pela sua riqueza em biodiversidade, será impossibilitado de uma utilização desta, na medida em que é destituído dos recursos econômicos e tecnológicos necessários para uma exploração “racional”, não-destrutiva, da biodiversidade de suas florestas. E essa exploração pode ser, como o é, identificada então às possibilidades dos laboratórios de biotecnologia.

O “falar da pobreza” funciona muitas vezes, como nesse caso, para que as formas de apropriação/desapropriação do meio ambiente se *mantenham no sentido de determinados interesses*. Contrói-se a imagem de uma pobreza e de uma riqueza, para o país ou alguma região dentro dele, imagem tal que funciona para que uma interpretação se coloque como evidente. É o que precebemos nos exemplos abaixo:

[...] é uma das regiões mais carentes do Estado de São Paulo, conforme mapa recente publicado pela Secretaria do Estado da Ação Social. (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 1995).

Essa beleza paisagística atrai os habitantes dos grandes centros urbanos, no país e no exterior, que estão dispostos a dispender recursos para ter o privilégio de conviver com o ambiente natural. Por essas razões torna-se clara a vocação para o ecoturismo do Lagamar[...]. (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 1995).

São, antes, as cifras do lado das empresas que vêem a região como uma região carente. E, nesse sentido, falar da pobreza, nesses casos, não é reconhecer um outro lugar, diferente do lugar das empresas. Ao contrário, ficar no reconhecimento da pobreza é ficar na impossibilidade de um outro sentido para o desenvolvimento:

No que concerne aos ganhos financeiros provenientes do turismo tradicional [...] o crescimento passou de US\$ 18 bilhões em 1970, para 324 bilhões em 1993. (BRASIL, 1994).

Retomando a questão do conceito de *desenvolvimento sustentável*. Há no discurso ecológico um investimento no sentido de procurar *defini-lo e precisá-lo* - investimento que significaria para o conceito que este se apresenta originalmente *indefinido*. Se por um lado se tem, no discurso ambiental, essa definição/indefinição do conceito de desenvolvimento sustentável, por outro lado tem-se algo que acaba por ser definido no próprio funcionamento desse discurso: as *comunidades tradicionais*.



A expressão *comunidade tradicional* não é tomada de um investimento tal, ou seja, não há essa preocupação constante em tornar precisa a sua definição, de modo que o seu sentido pareceria, se não evidente, ao menos não-problemático.

Vejamos o exemplo seguinte, que fala da comunidade e do turista.

Os recursos gerados pelo trade-pool devem ser aplicados de forma transparente em projetos de conservação e comunitários, para alavancar a imagem da iniciativa junto ao público consumidor e à comunidade local. (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA, 1995).

Distingue-se o turista (público consumidor) de um outro (comunidade local). Justamente, em relação ao ambiente, que é o que nos toca, essa distinção tem um significado interessante que não é diretamente referido em nenhum desses textos analisados: *o turista é aquele que não tem vínculo com o lugar, ao contrário das chamadas comunidades tradicionais.*

Novamente, podemos relacionar o tema do ecoturismo com o ambientalismo de uma forma mais ampla. Relembramos, aqui, a afirmação da natureza como sendo um direito de todos, através do enunciado que circula amplamente em meio ao discurso ecológico: “a natureza é de todos”. Com relação a prática do turismo, essa afirmação não serve apenas para responsabilizar o turista pela conservação da natureza. Serve também para que o turista possa ser colocado em igualdade de direitos junto às populações regionais.

Além do conceito de desenvolvimento sustentável, o tema do ecoturismo permite refletir então sobre a questão das *comunidades tradicionais*, pois, neste tema, é muito presente a tensão entre o lugar da cidade e/ou do capital (o turista, o laboratório de biotecnologia, a indústria etc.) e um outro lugar, o “local” das comunidades tradicionais. No funcionamento do discurso ecológico, as *comunidades tradicionais* são aquelas que serão duplamente destituídas. Juridicamente, através da afirmação *generalizada* dos direitos sobre a natureza, com a qual, nos lugares *determinados*, turistas e comunidades tradicionais, que não tem o mesmo vínculo, possam ter os mesmos direitos. E economicamente, na afirmação da sua pobreza, o que significa que a riqueza natural desses lugares não é riqueza para as populações, mas para o turista.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. 3 ed., Lisboa, Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- BRASIL, MICT/MMA. *Ecoturismo diretrizes para uma política nacional*. Brasília, Embratur/Ibama, 1994.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. *Pólo ecoturístico do Lagamar*: projeto, 1995.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Enunciação e História*. In: História e sentido na linguagem. Campinas, Pontes, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*, Campinas, Pontes, 1995.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas, Pontes, 1989.



- ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento*. Campinas, Pontes, 1987.
- \_\_\_\_\_. *As formas do silêncio*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, Pontes, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Delimitações, inversões, deslocamentos*. In: Cadernos de Estudos Linguísticos, n. 19, 1990.
- SEBRAE. *Ecoturismo da Bahia: estudo analítico*. Salvador, 1995.
- SILVA, Telma Domingues da. *A biodiversidade e a floresta tropical no discurso de meio ambiente e desenvolvimento*. Campinas, Dissertação de Mestrado, IEL/Unicamp, 1995.
- SILVA, Telma Domingues da. *O cidadão e a coletividade no discurso da educação ambiental*. In: TRAJBER, Rachel; MANZOCHI, Lúcia (Orgs.) *Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais impressos*, col. Gaia/ Ecoar de Educação Ambiental, Editora Gaia, 1996.
- SILVA, Telma Domingues da. *A biodiversidade e a floresta tropical no discurso de meio ambiente e desenvolvimento*. In: Revista Sínteses, Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, 1996.

**Abstract:** *In this text, we situate the ecological issue of a discursive perspective, explaining this by analyzing an utterance - "Green Sanctuaries: how many, where and how are holidaying in Brazilian natural paradises" - cover of Veja Magazine 7 December 1994. Through the analysis of material relating to ecotourism (texts of government and NGO institutions), we seek to show how the simultaneous vision of social poverty and natural wealth of the Brazil work in various environmental themes, in order to produce an interpretation "ready" or "natural" for the environment / society articulation, silencing the different interpretations, which refer to different relations between exploitation and conservation. As we said, this simultaneous vision is presented in various environmental themes, evidencing, however, the theme of ecotourism. The subject of ecotourism constitutes a privileged place of analysis for comprehension of something that is by environmental discourse as it currently shows in society.*

**Keywords:** *Ecotourism. Environmental discourse. Ecology. Ecological discourse.*